



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15833 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA SE CONSTITUIR UMA ESCOLA INCLUSIVA E DIVERSA

Bruna Alves de Souza - UFMA- PPGEED – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Edna Costa Oliveira dos Santos - UFMA- PPGEED – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Francisca Morais da Silveira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA SE CONSTITUIR UMA ESCOLA INCLUSIVA E DIVERSA

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão tem sido alvo de constantes discussões, devido ao grandioso número de crianças sendo diagnosticadas com deficiências na atualidade, portanto é necessário pensar-se em um currículo que favoreça o processo de inclusão desses estudantes no ambiente escolar e que valorize a diversidade. No entanto, nem todos os profissionais de educação sentem-se preparados para garantir a efetiva participação e a aprendizagem significativa desses estudantes.

O acesso de crianças com deficiência na escola, se tornou um marco, fruto de uma grande conquista histórica, todavia ainda há muito o que se fazer para que o espaço escolar seja efetivamente um ambiente inclusivo e comprometido com a diversidade.

Inúmeras são as reflexões de como excluir a prática segregacionista e preconceituosa das escolas. Entretanto, esse processo não é tão simples, mas é necessário, as escolas precisam se adequar, garantindo conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 2015) a esses estudantes “alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.

O objetivo deste estudo foi fazer uma revisão de literatura sobre a diversidade, o processo de inclusão, o currículo e a necessidade de formação por parte dos profissionais da educação, através de buscas na base de dados da SciELO, capes e google acadêmico, os trabalhos foram

escolhidos de acordo com a abordagem e foco no tema, ano de publicação e os resultados obtidos através dos estudos.

A pesquisa foi organizada em quatro seções: a 1ª aborda uma pequena introdução sobre a temática, a 2ª trata da exposição da temática e está subdividida em 2.1 o conceito de inclusão e diversidade e como se deu esse processo de inclusão no Brasil, 2.2 o currículo e a eficácia do mesmo para uma prática educacional inclusiva, 2.3 a relevância da oferta de formação aos professores para que assim possa se ter de fato um ensino inclusivo, 2.4 apresenta os resultados e discussões sobre a pesquisa conforme o que se compreendeu da fala dos autores e a 3ª consta as considerações finais e por fim as referências.

Deste modo, a presente pesquisa aborda a diversidade, a importância da inclusão no espaço escolar com foco no currículo e na formação de professores, com o objetivo de obter um espaço inclusivo e aberto à diversidade.

## 2 INCLUSÃO, DIVERSIDADE, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

### 2.1 Inclusão e diversidade

Refletir sobre a inclusão escolar significa pensar também sobre a diversidade humana e a garantia de direitos iguais, apesar de sermos diferentes em características, opiniões, capacidades e necessidades, devemos ser respeitados e contemplados em todos os processos de convivência social e principalmente na formação da personalidade nas diversas instituições escolares.

A inclusão segundo Pacievitch (2012), é um termo amplo, utilizado em diferentes contextos, referente a lutas sociais variadas. Todavia, de modo geral, refere-se à inserção social de indivíduos que já experimentaram de alguma forma a exclusão, seja na escola, no ambiente de trabalho ou até mesmo em outros grupos nas quais este indivíduo esteja inserido, devido a condições socioeconômicas, de gênero, raça, pelo não domínio da tecnologia ou mesmo por possuir alguma deficiência.

No Brasil, os primeiros estudos sobre a Inclusão surgiram na década de 90, a partir da Conferência Mundial de Educação Especial realizada pela UNESCO ocorrida em junho de 1994, nesta situação houve um marco histórico de acordo com Mitler (2003) que foi a implementação da Declaração de Salamanca (1994). A declaração de Salamanca surgiu como um dos documentos de referência no processo de reflexão, discussão e adoção de políticas públicas que pudessem apoiar a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular.

Ao final da década de 90, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), vivia-se no Brasil um momento de crescimento no número de estudantes com deficiência nos diferentes espaços escolares. Daí em diante, o paradigma da inclusão vem se estabilizando, ou seja, cada ambiente educacional vem buscando preparo para receber estudantes com deficiências, investindo em ações que garantam o acesso e permanência deles no ensino regular.

Oliveira e Martins (2011), destacam que incluir não é simples, ou seja, é um processo que requer uma ação conjunta dos envolvidos no sistema educacional, é interessante reconhecer que as dificuldades dos estudantes não são apenas deles, mas de todos os envolvidos e de como a escola compreende a educação e a põe em prática. Para se tornar uma escola que atenda à diversidade, é necessário uma série de mudanças, a começar pelo direito à educação,

botar em pauta as diferenças, valorizar essa multiplicidade e a heterogeneidade.

Diversidade, palavra de origem latina, derivada de “diversitas” e que significa “variedade, alteração, mudança, diferença” (DIVERSIDADE, 2024). Ao longo da história, essa palavra possuía um sentido pejorativo, negativo, desviante e depreciativo. Se justificando na prática social do preconceito e discriminação, encontra seu acento na visão distorcida da pessoa “diferente”. Entretanto, na contemporaneidade, houve uma mudança no sentido da palavra, ganhando um sentido positivo, de luta em favor dos direitos de pessoas ou setores excluídos, marginalizados socialmente.

Ambrosetti (1999, p.92), relata que “trabalhar com a diversidade não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade”. Mas favorecer o diálogo, possibilitar a esses estudantes a participação efetiva deles na construção de um coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e solidariedade.

## 2.2 O currículo

Para analisar a realidade do contexto educacional atual, é imprescindível compreender o conceito de currículo e de que forma este pode facilitar o processo de inclusão de estudantes com deficiência.

Conforme Sacristán (2013, p.09), “o currículo tem um poder de inclusão que nos permite fazer dele um instrumento essencial para falar, discutir e constatar novas visões sobre o que acreditamos ser a realidade da educação, como o consideramos no presente e qual valor ele tinha para a escolaridade no passado”. É possível também através do currículo imaginar o futuro, pois ele reflete o que queremos que os alunos aprendam e reafirma aquilo que se deseja para ele e de que forma acreditamos que possa ser melhorado.

O currículo é a base da organização escolar, sem ele seria impossível estruturar saberes e práticas. É necessário darmos toda uma importância a este elemento, visto que é através dele que é possível saber tudo o que uma escola realiza, bem como seu pleno funcionamento.

O foco do currículo inclusivo, não deve ser apenas a inserção do educando com deficiência no ensino comum. Mas, é preciso contemplar as suas diferenças individuais, culturais, sociais, raciais, religiosas, políticas e que entende o indivíduo como um ser pleno e com talentos que precisam ser observados e garantidos, como diz Mantoan (2001), é dever da escola comum se reestruturar para atender a essa multiplicidade populacional.

A luta pela diversidade e inclusão escolar cobra dos espaços educativos soluções pedagógicas na educação, com o objetivo de estimular uma escola que integre as diferenças, valorize o conhecimento intercultural, de modo a formar uma “sociedade pluralista, democrática e socializante. (Rendo, Vega, 2009).

Portanto, nota-se que a escola que se define como diversa e inclusiva, necessita promover e instalar novas ideias, abraçando as diferenças, no intuito de favorecer condições de aprendizado a todos, respeitando o processo de aprender de todos sem distinção, visando um processo de inclusão pleno e concreto, diminuindo o fracasso e a evasão escolar e acima de tudo, não caindo no estigma de categorização das pessoas com deficiência, para não recair em atitudes de privação ou insucesso. Para Maciel (2000), a falta de conhecimento pode gerar uma percepção da deficiência como problema ou doença crônica, ou algo que impede o indivíduo de desenvolver suas capacidades.

Ao focarmos no currículo escolar, precisamos ter em mente que estamos tratando de um dos maiores desafios da escola, que nos reporta ao fazer prático pedagógico, através da

implantação curricular nas salas de aula e que esse processo requer a participação efetiva dos professores. De acordo com Minetto (2012), estruturar o currículo, requer a participação do professor, como sujeito pensante, aquele que pensa e considera seus alunos.

### 2.3 A formação do professor para a diversidade

Para que a inclusão ocorra, é necessário que o governo, a equipe escolar e a sociedade como um todo estejam envolvidos no fazer da escola um espaço aberto à diversidade. Mas um desses atores merecem destaque nesse processo, que é o professor, este por se tratar da figura central do fazer educacional e por lidar diretamente com as situações concretas da educação, precisa rever sua prática pedagógica diariamente, pois esta pode determinar o sucesso ou insucesso do educando com deficiência.

Como afirma (Vitta et al., 2010, p. 425) “para que o processo de inclusão ocorra, há a necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do professor, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar”, ou seja, é necessário que o professor esteja predisposto a integrar os estudantes com dificuldades de aprendizagem, principalmente se essas dificuldades forem graves e permanentes, pois estes implicam diretamente nos resultados obtidos por esses educandos.

A prática inclusiva por parte dos docentes contribui significativamente no desenvolvimento da potencialidade do educando com deficiência. Gomes e Barbosa (2006) afirmam que enquanto os docentes não despertarem para uma prática com ações mais igualitárias e se posicionarem enquanto agentes responsáveis pelo ato de educar, estes terão obstáculos ainda maiores no processo de ensino aprendizagem destes estudantes.

É notório que muitos professores sentem diariamente dificuldade em lidar com estudantes com deficiência, e essa dificuldade é vista como um grave problema, mas é importante que ao passo que estes sintam esse vazio pela falta de preparo, também busquem por formações continuadas, Mendes (2004, p. 27) reafirma que “uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática”. E mais uma vez vemos a reafirmação da necessidade de não ficar no comodismo, mas buscar pelo aperfeiçoamento.

### 2.4 Resultados e discussões da pesquisa

Após a análise dos trabalhos, reforça-se a importância do conhecimento do real significado da inclusão, bem como a sua contribuição para sociedade. É notório observar que este processo ainda vem passando por transformações, mas já foi possível ver através dos estudos que os órgãos e os sistemas de ensino estão preocupados em tornar o espaço escolar, um local de acolhimento e preocupação com o bem-estar e aprendizado das pessoas com deficiência.

Para conseguirmos transformar os espaços educativos, é necessário que haja inicialmente a reforma das mentes, porque conforme Mitler (2003, p. 21) “a inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes”.

Conforme a fala do autor acima, os espaços educativos precisam ser reformulados e mais atentos às multiplicidades dos estudantes, estamos vivenciando novos paradigmas e o novo geralmente causa insegurança, medo, angústia e é essa sensação que os profissionais de educação sentem por não se sentirem preparados para encarar esse “novo”. Mitler (2003, p.25) ainda afirma que “[...] a inclusão envolve um processo de reformas e de reestruturação das escolas como um todo com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso

a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Ao considerar o currículo no âmbito escolar, Jung (2012) afirma que um currículo estagnado, sem a necessária reflexão ou mudanças, se torna um potente recurso de exclusão social, pois este modelo não permite mudanças e as adaptações devidas de acordo com a necessidade dos alunos. O currículo do ensino regular ainda é mantido como um padrão de exigência de aprendizagem com foco em obter sucesso na escola. Portanto cabe aos espaços educativos de modo geral mudarem essa visão que está enraizada, juntamente com a ideia de que há conteúdos pré-determinados que devem ser aprendidos e que geram uma formação plena para a vida.

A presente pesquisa trouxe desde a conceituação da inclusão e diversidade, até o enfoque no currículo e na formação de professores, ou seja, para que se tenha um espaço focado em ser considerado inclusivo, não somente por título, é ideal pensar nestes pontos citados acima e investir neles. Primeiramente no conhecimento do que realmente significa a inclusão, posteriormente focar em um currículo que favoreça esse trabalho e por fim e não menos importante, investir em quem é responsável e que encara a realidade frente a frente, que são os professores.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos aspectos destacados nesta pesquisa, compreende-se que os sistemas educacionais até os dias atuais ainda passam por adaptações para se tornarem um espaço inclusivo. A Declaração de Salamanca (1994), retrata a relevância de oportunizar a todos os educandos de alcançarem e manterem um nível de aprendizagem de modo adequado. Além disso, ressalta que é necessário que os sistemas educacionais levem em conta a diversidade de características e compreendam as reais necessidades de seus estudantes.

Quando concerne à diversidade na educação, é essencial que se deixe de conceber a escola como um ambiente homogêneo, passando a enxergá-la como um espaço heterogêneo. Isso impulsiona a superação de estereótipos e desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e respeitosos em relação às diversidades alheias (CUNHA et al., 2022). Entende-se que os estudantes neste sentido precisam ser inclusos, independente de raça, cor, sexo, deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

Se tratando do currículo este deve ser único, porém pensado nas peculiaridades de cada um, ou seja, deve ser consequência da conscientização desses espaços e da reflexão sobre o ato de incluir. Portanto, a adaptação curricular deve pensar no desenvolvimento de competências e habilidades, apoiar o trabalho multidisciplinar, heterogêneo, inclusivo e democrático.

Pensando na formação de professores, essa tem uma grande relevância, pois são estes os profissionais que lidam com o público diverso e precisam ter o amparo necessário, visto que formam a consciência e pensamento destes estudantes, e é importante que desenvolvam caminhos que valorizem a reflexão, para que tanto os estudantes quanto eles próprios possam lidar com situações diversas e plurais, através de uma formação que seja polivalente e ética, respeitando as individualidades.

Os professores do século XXI têm um papel fundamental de pensar em estratégias que combatam e debatam práticas discriminatórias, questões excludentes, questões étnico-raciais e promover a visibilidade de minorias e sujeitos que podem estar ocultos no ambiente escolar (Sousa; Salustiano, 2022). Este também deve repensar a sua prática diariamente, fazendo uma reflexão do que pode ser melhorado. E claro, ofertar o máximo de

estímulos e possibilidades de vivências para ampliação da aprendizagem.

De modo geral, cabe a todos os envolvidos nesta prática inclusiva, ações de aceitação tanto por parte do próprio estudante como dos demais que fazem parte da equipe escolar, promoção de situações de diálogo, respeito, atitudes de cooperação, maleabilidade tanto na adaptação curricular quanto na formação docente, com visão ampla e contínua, entendendo que a escola deve ser um espaço acolhedor e resultado de inúmeras aprendizagens e que sim, o estudante com deficiência ele pode aprender, basta ser oferecidas condições favoráveis que o façam despertar para o aprendizado.

## REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, N.B. O “Eu” e o “Nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula. In: Pedagogias das diferenças na sala de aula. Marli André (org.). São Paulo. Editora Papirus, 1999.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE, 1994.

CUNHA, Fernando Icaro Jorge. et al. A importância dos temas contemporâneos Transversais: Multiculturalismo e meio ambiente na realidade escolar. Tutóia, MA: Diálogos, 2022.

DIVERSIDADE. In DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/diversidade/>. Acesso em: 9 de julho de 2024.

GOMES, C. BARBOSA, A. J. G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. Revista Brasileira de Educação Especial, Universidade Estadual Paulista, V.12, Nº1, P. 85-100, 2006.

JUNG, J.M. Inclusão: eis a questão! Uma abordagem sobre currículo e diversidade. Disponível em: [www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1195/1010](http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1195/1010)

Acesso em: 11 de julho de 2024

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: A questão da inclusão social. Revista São Paulo em perspectiva. Vol. 14. N.2 Abr/Jun 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>

Acesso em: 10 de julho de 2024.

MENDES, E.G. Construindo um lócus de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M.A; WILLIAMS, L.C. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2004. P. 221-230.

MITLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MINETTO, Maria de Fátima. Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio. Curitiba: InterSaber, 2012.

OLIVEIRA, Érika Soares; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Currículo e diversidade: os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. Linhas Críticas, Vol.17(33), pp.309-325, 2011.

PACIEVITCH, T. Inclusão Social. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/>

Acesso em: 10 de julho de 2024.

RENDO, A. D.; Vega, V. Una escuela en y para la diversidad: el entramado de la diversidad. Aique Grupo Editor, 1ª ed., Buenos Aires, 2009

SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: <http://www.apees.org.br/sistema/ck/files/10-%20Sacristan-%20Saberes%20e%20Incertezas%20sobre%20o%20Curriculo%20-%20Cap%201.pdf>

Acesso em: 11 de julho de 2024.

SOUSA, Mirtes Aparecida Almeida; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. Diversidade no currículo escolar: perspectivas de professoras da educação básica. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, p. 147-160, jan. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.12957/teias.2022.54057>. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052022000100147&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052022000100147&script=sci_abstract).

Acesso em: 12 de julho de 2024

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de and MONTEIRO, Alexandra S.R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2010, vol.16, n.3, pp. 415-428. ISSN 1413-6538